

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

**REQUERIMENTO N.º , DE 2015
(Da Sra. Eliziane Gama e do Sr. Moses Rodrigues)**

*Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor **Guilherme Esteves de Jesus**.*

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelênci, com base no § 3º, do art. 58, da Constituição Federal – CF, a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico do senhor GUILHERME ESTEVES DE JESUS, CPF 722.259.637-20, no período compreendido entre 01/01/2005 até a presente data.

JUSTIFICAÇÃO

A transferência dos sigilos do senhor **Guilherme Esteves de Jesus**, considerado operador do Estaleiro Jurong pela Operação Lava Jato, é de extrema importância para esta Comissão.

A Polícia Federal abriu inquérito contra o convocado. Segundo Pedro Barusco, ex-gerente de Engenharia da Petrobras e ex-diretor da Sete Brasil, o Sr. Guilherme Esteves de Jesus era mais um a pagar propinas em nome do estaleiro com o fim de garantir contratos para construir sondas para o pré-sal. Além disso, fazia pagamentos ao tesoureiro do PT, João Vaccari Neto

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

Segundo o Ministério Público Federal, além de ter um esquema direto com Vaccari Neto, o denunciado entregava dinheiro aos funcionários da Petrobras, tendo repassado ao menos 8,2 milhões de dólares a eles.

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de março de 2015.

**Dep. Eliziane Gama
PPS/MA**

**Dep. Moses Rodrigues
PPS/MA**